

básicas – e aí tem o nome que for necessário –, frentes de trabalho, esmolas, etc. Existem também aqueles que são minoritários, mas V. Ex^a acompanhou o debate do PT, à época, se seria incluído ou não no programa do Lula o Projeto de Renda Mínima. Alguns entendiam que a Esquerda não podia abraçar nem de forma conjuntural, nem de forma pontual qualquer política compensatória, porque isso inibiria as contradições, dificultaria a luta pelo socialismo e, quando o socialismo chegasse, tudo estaria resolvido, etc. Creio que existem pessoas na Esquerda que têm perfeita noção dessas dicotomias; penso que todos aqui navegamos nelas. Talvez a forma como tenhamos nos posicionado é que aparentemente tenha demonstrado uma divergência profunda, que, na verdade, não há. Há uma proposta de emenda constitucional do Senador Antonio Carlos Magalhães, que cria esse fundo nos moldes em que S. Ex^a está apresentando. Independentemente da discussão, eu adiantaria que se o debate for em cima da votação dessa proposta, voto contra. Hoje, voto contra a emenda constitucional proposta pelo Senador Antonio Carlos Magalhães por uma série de fatores: ela prorroga o FEF, por exemplo, que queremos extinguir desde já; ela não toca em pontos fundamentais. O fato é que, se não nos dispusermos a mexer de forma muito profunda na maneira de se fazer a cobrança de impostos no Brasil, não vamos chegar a lugar algum. Hoje temos uma estrutura de cobrança de impostos altamente regressiva. Somos um País que tem a maior concentração de terra do mundo. No entanto, arrecada-se por ano de ITR, mesmo com as modificações e mesmo com os aumentos, o que se arrecada de IPTU num bairro populoso da cidade de São Paulo. Portanto, se não nos dispusermos a modificar de forma radical a estrutura tributária e fiscal do nosso País, não haverá fundo que dê jeito. O único mérito da proposta – e creio que é nesse sentido que a Esquerda deve se engajar – é que, de qualquer forma, o Congresso Nacional está debatendo esse assunto. É lógico que se tivesse partido de mim, de V. Ex^a ou de qualquer membro da Oposição, há três ou quatro anos, o Congresso não se disporia a discutir. Como foi apresentado por quem foi, o Presidente do Congresso, cria-se uma comissão para debater o assunto. Se a Comissão discutir apenas a proposta de fundo, creio que ela não estará à altura do desafio que lhe cabe, mas se a Comissão se dispuser a comentar esses pontos que foram levantados pelo Senador Roberto Freire e incluir a questão do fundo como mais uma ação temporária e não como uma ação fundamental, no sentido de diminuir a miséria, acabar com a pobreza e melhorar a distribuição de renda, ela terá um aspecto positivo. Sinceramente, não sei se teremos capacidade para fazer isso em 90 dias, mas o fato de o tema ter sido incluído na

agenda do Congresso, considero positivo, embora reafirme que se fosse para votar agora a proposta de emenda à Constituição do Senador Senador Antonio Carlos Magalhães da forma como está, votaria contra.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a já ultrapassou em 24 minutos o tempo de 50 minutos. Se não houvesse outros oradores insistindo para falar, a Presidência não alertaria V. Ex^a para esse fato. Creio que já houve uma concessão da nossa parte, embora o Senador Antonio Carlos Magalhães tenha extrapolado o tempo na ocasião do seu pronunciamento. Mas não houve, de certa forma, manifestação do Plenário naquele momento.

Solicito a V. Ex^a que conclua o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, vou pedir a compreensão da Senadora Marina Silva, que está solicitando a palavra.

Quero apenas salientar que faço as mesmas restrições que V. Ex^a, Senador José Eduardo Dutra, em relação à proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães. Novamente reitero que o importante é que venhamos a discuti-la tal como as demais na comissão que se instala hoje à tarde.

Dessa maneira, quero pedir desculpas por me alongar e dar oportunidade aos demais oradores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, gostaria de fazer dois registros que considero da maior importância, inclusive para este debate de apoio à política social do Brasil.

Gostaria de cumprimentar o Ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, e o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Na edição de ontem, 11 de agosto do **Diário Oficial** da União, circulou o Decreto n° 3.135, do Presidente da República, que dispõe sobre o provimento do cargo que menciona no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra – e dá outras providências.

Esse decreto do Presidente da República, no seu art. 1º, estabelece:

"Art. 1º – O Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, será escolhido dentre servidores ocupantes de cargo efetivo do quadro de pessoal da autarquia, cujos nomes constem de lista tríplice aprovada pelo seu Conselho Diretor, com base em seleção interna fundamentada no mérito profissional, na forma e condições definidas em Portaria do Ministério.

Art. 2º – Excepcionalmente, o cargo de que trata o art. 1º poderá ser provido por qualquer outro servidor ou ainda pessoa sem vínculo com a administração pública de ilibada reputação e comprovada experiência técnica.

Art. 3º – O Superintendente Regional do Incra será submetido a processo de avaliação de desempenho periódica, com base em indicadores previamente definidos em ato próprio. O Ministro do Estado de Política Fundiária baixará os atos necessários à execução do disposto neste decreto."

Comemoro a edição desse decreto porque sempre defendi, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a necessidade de se fazer a reforma agrária no Brasil. E o Incra, que é uma instituição necessária à execução dessa, muitas vezes é atacado por causa de má gestão política de pessoas que, não sendo funcionários de carreira, fazem um mal extraordinário ao órgão.

Quero destacar que esse decreto vai ser comemorado pelos trabalhadores rurais de meu Estado; esse decreto vai ser comemorado pelo movimento dos sem-terra, porque já não são mais suportáveis os desmandos, os deslizos, a má gestão, a corrupção, o descompromisso do Incra de Mato Grosso com a reforma agrária. Neste ponto, a instituição acaba sendo mencionada, mas foram os gestores do Incra que assumiram uma bandeira muito mais partidária, eleitoral e, infelizmente, corrupta, do que propriamente a instituição, por meio de seus membros efetivos. Com essa decisão, o Ministro Jungmann vai poder evitar os desmandos que ocorreram.

Quero trazer ao conhecimento desta Casa e do Brasil que foi por meio de um gestor político do Incra de Mato Grosso e por uma nomeação exclusivamente política e eleitoral, que se falsificou uma certidão, em um dos cartórios da Amazônia brasilei-

ra, nos Municípios de Peixoto de Azevedo e Guarantã do Norte, fazendo com que 312 mil hectares de terras públicas, do Estado de Mato Grosso, pasassem às mãos de quatro apaniguados, quatro cabos eleitorais, quatro cidadãos, em 1994.

O Governador Dante de Oliveira assumiu o cargo em 1995, vencendo as eleições de 1994, mas somente agora foi possível ganhar-se a questão na Justiça, em 1999. E, se S. Ex^a não tivesse sido reeleito, isso não aconteceria, porque disputamos as eleições exatamente com o grupo que, com o apoio do Incra, promoveu um dos maiores assaltos de terras públicas deste País.

Essas terras públicas recuperadas foram colocadas à disposição do Ministro Jungmann para que, ouvindo o Movimento Sem-Terra, ouvindo as entidades ambientais, ouvindo o Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, façamos, na Amazônia brasileira, no Estado de Mato Grosso, um projeto de reforma agrária que compatibilize o assentamento de trabalhadores rurais sem terra com a preservação e o respeito às questões ambientais da Amazônia. Queremos fazer desse projeto de Mato Grosso um exemplo para o Brasil, mas tivemos de vencer essa disputa na Justiça.

O atual Superintendente do Incra de Mato Grosso, por força desse decreto, terá que deixar o cargo. S. Ex^a responde a pelo menos três processos da Justiça a respeito de terras que eram da União e pelas quais o Incra está pagando indenização; ele terá de responder, também, sobre a proteção a pessoas que não têm a menor qualificação com os trabalhadores rurais, que não têm a menor aptidão para a questão da reforma agrária, parentes de membros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Nós, do Estado de Mato Grosso, sabemos que os trabalhadores vão comemorar o decreto do Presidente Fernando Henrique e torcemos para que o Governo Federal coloque em execução o projeto da descentralização e da municipalização. Cada dia mais, temos de envolver prefeitos e governadores com o projeto de reforma agrária em nosso País.

O primeiro assunto de que gostaria de tratar era o cumprimento ao Sr. Ministro Raul Jungmann, que, há cerca de dois ou três meses, havia me alertado que iria propor essa medida ao Presidente da República. Ela será comemorada no Estado de Mato Grosso e fará muito bem à reforma agrária. Caberá, agora, aos servidores efetivos do Incra, a responsabilidade de zelar pelo bom nome da instituição e não permitir mais que ela seja utilizada para

outro fim que não o de promover uma efetiva reforma agrária no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria – já que o assunto deverá ser tratado na próxima terça-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde eu, como membro da Comissão de Assuntos Econômicos, não poderei estar presente – de solicitar o apoio do Senado da República para um projeto de lei de minha autoria, que trata de acrescentar à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 – a Lei das Inelegibilidades –, a necessária inelegibilidade de membros desta Casa para a situação que passarei a expor. Ele acrescenta à Lei Complementar nº 64 o item “c”, a inelegibilidade do Senador que estiver na metade do mandato.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o que estamos pretendendo? Eu mesmo, na última eleição, participei de uma disputa com um Senador que estava na metade do mandato dele. Essa disputa não é isonômica, não estabelece a igualdade da disputa eleitoral, porque o Senador que está no meio do mandato pode ser candidato ao Governo do Estado, à Presidência da República, mas, ao querer se candidatar ao Senado para, se ganhar, abrir mão do mandato anterior, passar a ter mais oito anos e colocar aqui o suplente, demonstra uma postura aérea que devemos eliminar. E o exemplo deve vir do Senado da República. Falo isso com a tranqüilidade de quem, tendo sido eleito Senador, é o único representante do meu Estado que não pode se candidatar ao mesmo cargo no meio do mandato. Participei dessa disputa, sei o que é isso. Sei dos apoios políticos que não pude obter por causa de promessas, garantias, situações que iriam, realmente, assegurar o benefício, já que o Senador está no meio do mandato.

Penso que o Senador tem representatividade suficiente para ser candidato, se quiser, se for aprovado na Convenção Partidária, ao Governo do Estado. Provavelmente, teremos Senador candidato à Presidência da República – todos sabem que, embora negue, o Presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, é o preferido do seu Partido, PFL, para ser candidato ao cargo –, mas é inaceitável, eticamente, que o Senador, durante o mandato, queira se candidatar novamente para legitimar a presença de um suplente que não foi votado, não foi ao debate público e não fez uma discussão com a sociedade.

Entendo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que essa situação precisa começar a ser resolvida pelo Senado, e que não tenhamos o espírito de

corpo de tentar preservar uma situação que é muito mais uma mácula aos integrantes do Senado da República do que propriamente uma solução com relação à reforma eleitoral, à reforma política que se avizinha.

Sendo assim, não podendo estar na Comissão na terça-feira, quero fazer, desta tribuna e neste momento, o pedido de apoio a todos os Senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que aprove o projeto, para que a sua seqüência seja normal: que venha ao plenário do Senado, seja discutido e estabeleçamos, definitivamente, essa regra moralizadora nas eleições a serem disputadas no País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sr. Senador, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania reúne-se na quarta-feira.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – É na quarta-feira? Mesmo assim, pertencendo à Comissão de Assuntos Sociais, não vou poder discutir o projeto e gostaria de deixar aqui o alerta.

Sr. Presidente, sou de um Estado agrícola. Mato Grosso está mudando o seu perfil, é um produtor de grãos primários. É um Estado que deve muito ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, pois tivemos solucionados alguns problemas de infra-estruturas sérios durante o seu Governo.

Podemos dizer que, nos últimos quatro anos, resolvemos o problema de energia. As Centrais Elétricas de Mato Grosso, que compravam energia de Cachoeira Dourada, em Goiânia, já estão firmando contrato para vender energia para o Centro-Sul do País. Teremos, no início do ano 2000, a chegada em Cuiabá, capital do Estado do Mato Grosso, do gasoduto; os trilhos da Ferronorte já estão no Estado; foi retomada a construção da Usina de Manso, que, além de gerar energia para o desenvolvimento industrial do Estado, vai controlar as cheias, sendo uma das poucas usinas ecológicas do Brasil, porque vai controlar o nível das águas que vão para o Pantanal Mato-grossense; temos projeto de geração de energia por parte da iniciativa privada em Couto Magalhães e em outros Municípios do Estado de Mato Grosso; portanto, somos um Estado que estamos com o instrumento necessário para mudar o nosso perfil para a agroindústria, embora sejamos um Estado produtor de grãos. Falo isso, por causa desse movimento do caminhonço dos produtores brasileiros.

O Governo não pode estar indiferente a este setor que é essencialmente importante para a agricultura brasileira. Não digo que o Governo deva

aprovar o projeto já aprovado numa das Comissões da Câmara. Não digo que seja esta a solução definitiva para a agricultura e nem para o Tesouro Nacional. Porque, se nós reconhecemos as necessidades de apoio à agricultura, é necessário também reconhecermos a necessidade da proteção ao Tesouro Nacional, ao Banco do Brasil e a necessidade de verificar que, se esses recursos do Tesouro migrarem para a área da agricultura, é preciso saber de onde sairão. Mas é indiscutível que temos de elaborar uma proposta para melhorar a situação dos nossos produtores.

Diz a **Gazeta Mercantil** de hoje:

"Se a balança comercial apresentar neste ano um saldo positivo, ainda que pequeno, será graças à contribuição da agropecuária. O País não só tem conseguido reduzir apreciavelmente as importações de produtos agrícolas, prevendo-se um decréscimo de 35% em relação a 1998, mas também ganhar mercados antes considerados fora de nosso alcance, de modo a compensar a queda dos preços das **commodities** no mercado internacional, como mostra o recente acordo para exportação de frango para o Canadá.

Tomemos o caso do algodão, produto que o País exportou durante anos em quantidade consideráveis. Em 1997, em razão de uma política caótica, o Brasil chegou a despendar nada menos de US\$ 811,6 milhões com compras de algodão."

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a respeito do algodão, o Mato Grosso, com renúncia fiscal de 75% do ICMS sobre o algodão de qualidade, aumentou sua produção de 4% para 43% da produção nacional, produzindo lá o melhor algodão do País. Essa produção, tenho certeza, vai continuar sendo prestigiada pelo Governo do Estado e vai, provavelmente, num futuro muito breve, ajudar a resolver e a equacionar o problema da balança comercial.

"A reação começou no ano passado, quando as compras do produto no exterior caíram para US\$495,8 milhões. Neste ano, já é possível vislumbrar o fim dessas importações. Com uma forte contribuição do Centro-Oeste, a safra brasileira deve crescer 28%, devendo as importações fechar o ano em torno de US\$350 milhões.

Outro exemplo expressivo é o arroz, (...). O Brasil importou arroz no valor absurdo de US\$593,3 milhões em 1998 e calcula-se que neste ano conseguirá uma poupança de divisas de US\$500 milhões, ficando os gastos na marca de US\$100 milhões. Mesma coisa com o milho: importamos

US\$203 milhões, e em 1999 vamos gastar 100 milhões, se tanto."

Estou mostrando aqui alguns dados que provam, para os economistas, para a área econômica do Governo, que é preciso termos efetivamente uma política de apoio ao setor produtivo, da mesma forma que o Brasil adotou a Lei Kandir, para que não exportemos impostos, para que não cobremos ICMS dos produtos que vamos tentar colocar, de forma competitiva, em nível internacional, da mesma forma temos de defender a política para que não importemos impostos. Há insumos utilizados na agricultura brasileira que custam 242% mais do que custam na Argentina. E o Brasil, participante e integrante do Mercosul, precisa fazer um acordo para que esses insumos cheguem aqui 242% mais barato para o produtor brasileiro. Que não seja possível atender aquilo que é ideal com relação às dívidas. Aliás, com relação a essas dívidas, o que é preciso é o Senado, a Câmara dos Deputados, o Congresso, enfim, o Governo brasileiro liderar uma auditoria nessas dívidas para ver para quem é justo o Governo fazer concessões, porque os produtores foram tapeados em diversos planos econômicos no Brasil.

É preciso também ressaltar que os próprios produtores não têm, hoje, reclamações com relação à política de juros do Governo brasileiro, porque os juros concedidos pelo Banco do Brasil acabam sendo até juros negativos para o setor produtivo do Brasil. O que é preciso discutir é o tratamento diferenciado para um Brasil que é extremamente diferente. Não adianta liberar R\$60 mil para o plantio de soja no Estado de Santa Catarina e de R\$ 100 mil para o Estado de Mato Grosso já que as propriedades de Santa Catarina são minifúndios e não existe produtor de soja no Estado de Mato Grosso com propriedade inferior a 1.500-2.000 hectares. Vejam V. Ex^{as} que são situações inteiramente diferentes. O Brasil precisa ter uma política para fazer com que a nossa produção acelere. O objetivo do Governo Federal, nas produções em toneladas, pode ser atingido apenas com a produção mato-grossense.

Sr. Presidente, terça-feira, vou propor, na CAE, a retomada dessa discussão. Pretendo trazer novamente aqui a Confederação Nacional de Agricultura, que ontem lá esteve, e as autoridades da área econômica do Governo para que possamos discutir e encontrar uma solução para apoiar o setor produtivo. Ao apoiarmos esse setor, certamente estaremos apoiando a política social. Apenas no setor algodoeiro, Senador Eduardo Suplicy, em Mato Grosso, foram gerados, de 1998 para 1999, 46 mil

novos empregos só com o aumento da área plantada nesse setor. O que fica evidente para a sociedade brasileira que ao apoiarmos o setor produtivo também estaremos apoiando, na ponta, o desenvolvimento social deste País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy, suplente de secretário.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela Liderança do PPB.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para fazer um breve registro, já que, preocupado com essa situação econômica por que passa o País e a necessidade de se buscar fórmulas de geração de emprego, estive o PPB hoje visitando o Presidente Fernando Henrique, por meio de suas Lideranças no Senado e na Câmara, o Presidente, em exercício, do Partido e seus dois Ministros, quando patenteou-se a necessidade de incrementar o apoio à atividade agrícola.

Discutimos aspectos relacionados ao endividamento do setor, sem querermos que se privilegiassem os inadimplentes em detrimento dos adimplentes. Registrou-se que é preciso encontrar, de forma definitiva, uma solução para o estoque da dívida, o que envolve um número considerável de produtores em situação de inadimplência.

Evidenciou-se a necessidade de incrementar a exportação, notadamente a de frutas, que se revela em um enorme potencial que está por ser aproveitado pelo País, que têm uma demanda externa acentuada.

Sallentou-se também a importância de se fortalecer o setor sucroalcooleiro, e o PPB fez questão de apresentar algumas propostas no que se refere a esse segmento, ao pretender retirar cerca de um bilhão de litros de álcool do estoque, alterando a composição da gasolina – aumentando de 24 para 26% o percentual da adição do álcool à gasolina. O PPB propôs também a adição de 3% ao diesel. Afirmam que tecnicamente isso seria possível. Isso viria, de certa forma, estimular o setor, para que ele continuasse a dar a sua contribuição, inclusive no que se refere à geração de empregos e renda no País.

O PPB propôs ainda ao Presidente que atue decisivamente no sentido de fazer com que o crédito agrícola chegue com mais facilidade à ponta, ao produtor. Na verdade, as decisões são tomadas em nível ministerial e o produtor, via de regra, é cliente do Banco do Brasil. Como a grande maioria das instituições financeiras estão refratárias à aplicação do crédito agrícola, quem tem aplicado um volume mais expressivo são os bancos oficiais – Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia. A exigência, no que se refere à seleção do tomador de empréstimo, está uma coisa absurda. Isso chega ao ponto de o produtor ser tratado a fio de espada. É preciso que essa filosofia, dentro do Banco do Brasil, seja mudada e que as decisões dos seus dirigentes, do Presidente da República e dos Ministérios, decisões que envolvem as atuações do sistema financeiro, sejam efetivamente colocadas em prática e cheguem à ponta.

Manifestou, para agrado nosso, Sua Excelência o Senhor Presidente da República sua disposição de ter pessoalmente um encontro com os gerentes de bancos – do Banco do Brasil principalmente, que é o principal agente nacional do crédito agrícola –, para revelar essa decisão de que é preciso ser facilitado o acesso ao crédito rural.

Também solicitamos que fosse excluído o Cadin, por revelar-se como um dos grandes obstáculos ao acesso ao crédito do setor produtivo brasileiro, e não apenas do setor agrícola. Se não for possível a sua supressão, que pelo menos seja reavaliado, para que não se transforme em um fator impeditivo do acesso ao crédito e, conseqüentemente, do estímulo à produção, para que possamos, além de incrementar a produção, também gerar emprego e renda neste País.

Dessa forma, Sr. Presidente, entendemos ter sido essa uma visita singular, porém oportuna. O Presidente da República estava calmo e tranqüilo, revelando-se convicto de que o País está no rumo certo e de que a economia aponta sinais seguros de que, em um futuro não muito remoto, o Brasil reencontrará as possibilidades do crescimento econômico.

Era o registro que eu queria fazer nesta manhã, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Roberto Requião e Luiz Estevão enviaram à Mesa proposições que, em face do disposto no art. 235, inciso III, alínea a, do Regimento Interno, serão lidas na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Os Srs. Senadores Eduardo Siqueira Campos, Artur da Távola e Mauro Miranda enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, místicos e esotéricos de todo o mundo se metamorfosearam em profetas do apocalipse, proclamando o fim dos tempos com o surgimento do último eclipse total do sol, visível em países da Europa e Ásia.

Fenômeno astronômico absolutamente natural, é evidente que o engodo só serviu para assustar os mais incautos e ingênuos, além de carrear polpudos recursos para setores da mídia e dos promotores de eventos pretensamente espiritualistas.

Em verdade, não é um fenômeno natural que dará cabo da Terra, mas a ação predatória do Homem contra a Natureza, que vem provocando, com sua ganância incontida, a poluição do solo, das águas e do ar, a destruição das florestas e até da camada de ozônio, responsável pelo aquecimento de nosso Planeta.

É preciso que os governos em geral, e a comunidade, em particular, adotem medidas urgentes objetivando estancar a sangria a que está submetida a Mãe-Terra, preservando-se o meio ambiente e os recursos naturais, que, ao contrário do que muitos pensam, não são inesgotáveis.

Por isso, é com muita satisfação que anunciamos – que o Estado do Tocantins vem implantando, em seu processo acelerado de desenvolvimento socioeconômico, uma permanente preocupação preservacionista, que preconiza o progresso com respeito à Natureza.

E, como confirmação dessa orientação, acaba de ser inaugurado, na Ilha do Bananal, o Centro de Pesquisas Canguçu, primeiro do Brasil e único em toda a América Latina destinado especificamente para pesquisas ambientais.

À solenidade compareceram o Governador do Estado e o Ministro do Meio-Ambiente, ocasião em que o Chefe do Executivo tocantinense lançou o Projeto Araguaia, que tem por finalidade combater a voçoroca, recuperar as matas ciliares e evitar o assoreamento.

É preciso assinalar que o Centro de Pesquisas Canguçu vai abrigar pesquisadores brasileiros e de qualquer outro país interessado na busca de alternativas para a redução da emissão de gases causadores do denominado efeito estufa, havendo já em

desenvolvimento, na mesma Ilha do Bananal, o Projeto Seqüestro de Carbono, que abrange dois milhões de hectares e três ecossistemas: floresta, pântano e cerrado.

Por derradeiro, ressalte-se que o Centro recém-inaugurado teve a parceria do Governo do Estado do Tocantins com o Ibama e a ONG tocantinense Gaia, o que, a nosso ver, assegura sua completa implementação.

Iniciativas como esta, Sr. Presidente, poderão evitar o real apocalipse que poderá ser causado por nós, humanos, na depredação ambiental, revertendo esse processo e resgatando a necessidade de desenvolvimento com a de preservação da Natureza.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, abordarei dois assuntos sobre o mesmo tema: a música popular brasileira.

Dia 13-8-99 faz trinta anos da morte de Jacob Pick Bittencourt, o Jacob do Bandolim, legenda de nossa música popular. Morreu cedo, 51 anos, infarto fulminante ao voltar de encontro com Pixinguinha. Dois filhos, Sérgio Bittencourt, compositor e jornalista, falecido também, e Helena, dentista. Obra notável de instrumentista, compositor; respeito e admiração do Brasil. Trinta anos após sua passagem, Jacob do Bandolim é ainda maior no respeito e na reverência de músicos e de ouvintes qualificados de nossa música.

Ao tempo de Jacob vivo, três instrumentistas eram disputados pelas gravadoras como solistas altamente qualificados: ele, Waldir Azevedo no cavaquinho e Garoto, no violão. Garoto, como Jacob, morreria também de modo prematuro. Waldir sobreviveria aos dois, para morrer alguns anos depois em Brasília, onde residia.

O Brasil é uma espécie de paraíso das guitarras e suas variantes: o bandolim e o cavaquinho. Somente em violão possuímos pelo menos uma vintena de instrumentistas de porte internacional, no popular e no chamado erudito. Já o cavaquinho e o bandolim sempre pareceram instrumentos menos nobres que o violão, funcionando como complementos nas rodas de samba e choro. Apesar da tradição secular do bandolim, instrumento solista de concertos do período barroco, no Brasil ganha maioridade, autoridade e respeito com Jacob do Bandolim e Luperce Miranda, que o elevava à categoria de solista qualificado e de acompanhante principal de grandes cantores.

Um dos dez discos mais importantes de toda a discografia brasileira – a opinião é unânime – é o que registra o **show** realizado em 1968, no Teatro João Caetano (Rio de Janeiro), dirigido e organizado por Hermínio Bello de Carvalho, com Elizeth Cardoso, Jacob do Bandolim e o Zimbo Trio. Para felicidade dos discófilos, esgotada a edição inicial realizada pelo Museu da Imagem e do Som, em maio de 1989, a gravação voltou às lojas na série Documento.

Jacob foi dos principais responsáveis pela elevação do “conjunto regional” ao respeito e à valorização de sua brasileira e inventiva junção de instrumentos, alta improvisação e completa brasilidade de invenção melódica e harmônica. Sempre mereceu, porém, custou a encontrar.

O conjunto regional nasceu da precária condição econômica de nosso povo, juntando os mais baratos instrumentos à venda e fabricados no País.

Nas décadas de 20 e 30, os instrumentos de sopro eram importados e caros, não havendo no Brasil, tecnologia em metalurgia para fabricá-los. Por isso, a junção de instrumentos como violões, cavaquinhos e bandolins de fabricação nacional, com alguma percussão portátil (pandeiro, eventualmente tumbadora), às vezes a flauta (esta, com tradição desde o início do choro como gênero) e, anos depois, o acordeon, compuseram o conjunto harmônico apto a solos e acompanhamentos.

O rádio, a partir da década de 30, necessitando de acompanhamento barato para cantores que se apresentavam ao vivo, preferiu o conjunto regional às orquestras, salvo em produções especiais para programas noturnos e consagrados, mesmo assim, apenas nas emissoras principais. A base do acompanhamento era o conjunto regional, composto por violões, pandeiro, um cavaquinho ou bandolim. Jacob não gostava, aliás, da expressão “regional”.

A alta qualidade da arte de Jacob e Luperce retira o bandolim da função subalterna e o traz à condição de solista privilegiado ou de principal instrumento de diálogo com o cantor solista. O mesmo se deu com Waldir Azevedo, ao cavaquinho, e Garoto, ao violão.

O BANDOLIM E O BRASIL

O bandolim aparece no Brasil, trazido de Portugal, por volta de fins do século XVIII. Um século antes, aproximadamente, já era usado, em Veneza (onde o instrumento disseminou-se), por Vivaldi, ou usado experimentador de novas sonoridades para a sua época.

Não se sabe ao certo como vem para o choro, mas nos conjuntos dessa modalidade de música, o

bandolim aparece aos poucos. Inicialmente veio o cavaquinho, instrumento de execução mais simples e sonoridade intensa. O bandolim, por possuir oito cordas agrupadas de duas em duas, formando, portanto, um conjunto de quatro cordas duplas, possui sonoridade mais doce e suave. Conforme o tratamento, porém, consegue o beliscado buliçoso, brincalhão, irônico, capaz de ombrear-se com seu sentimento melancólico e plangente. Tal melancolia encontra limitações na dificuldade do prolongamento das notas ao bandolim, o que não impede grandes solistas de dele arrancarem sofrimentos e densidades. O instrumento é difícil, mas sua fala é direta.

O choro brasileiro veio se constituindo aos poucos, através da junção de vários instrumentos nem sempre tocados em conjunto. A flauta está em sua origem. Idem, a nossa guitarra, o chamado violão. Outra vertente do choro, em fins do século passado – esta, proveniente de Chiquinha Gonzaga, Ernesto Nazareth e outros – utilizou o piano, em sua versão popular, para prodigalizar o andamento do choro. Mas o piano não podia acompanhar as andanças dos chorões pela cidade, e a base do choro fica sendo o chamado “terno”: flauta, violão e cavaquinho. O conjunto se expande com a presença de instrumentos de ritmo (pandeiro, às vezes tumbadora) e, com modalidades variadas, o choro se desenvolve no século XX quando a ele chegam o bandolim em alguns conjuntos, a clarineta e até o acordeon. Há ainda, o vetor proveniente das bandas, desde Anacleto Medeiros. Hoje, modernas versões de conjuntos de choro, estendem o gênero com a incorporação de instrumentos eletrônicos, mas a flauta talvez seja a grande estrela do choro, desde os seus inícios com o grande Callado (Joaquim Antônio da Silva Callado), Patápio Silva, Pixinguinha, Benedito Lacerda e até hoje o fabuloso Altamiro Carrilho.

O bandolim como solista, entra lamentavelmente mais tarde no conjunto de choro, devido à técnica difícil e ao escasso número de instrumentistas aptos aos desafios dos solos e das harmonizações necessárias. Luperce Miranda, primeiro, e Jacob do Bandolim, depois, marcaram a presença do instrumento como solista, façanha que nos dias de hoje encontra em Deo Rian e Joel Nascimento legítimos sucessores. Outra limitação dificultou a presença protagonista do bandolim no conjunto de choro: a diferença entre o volume (intensidade) do instrumento e o restante do conjunto.

Jacob do Bandolim, mais pela expressividade conseguida que pela alta técnica, o rigor e a consciência musical, faz-se talvez, a maior figura do ins-

trumento em todos os tempos na música do Brasil, trazendo-o para o primeiro plano, formando um sem-número de instrumentistas, valorizando-o como sonoridade e, sobretudo, conseguindo acentuar-lhe tanto a função de apoio rítmico e harmônico como o caráter cantante. A sonoridade limpa, a capacidade de falar pelo beliscado das cordas e a criatividade necessária a contrapontos únicos, dialogando com cantores quando, em segundo plano, deram-lhe a condição de imortal de nossa música.

CARIOCA DA LAPA

Jacob Pick Bittencourt nasceu no Rio de Janeiro, a 14 de fevereiro de 1918. O pai era farmacêutico, Francisco Gomes Bittencourt, capixaba de Cachoeiro do Itapemirim. A mãe, polonesa, Raquel Pick, foragida da Primeira Grande Guerra. Foi criado no bairro da Lapa – formação, portanto, profundamente carioca. Os pais não eram especialmente chegados à música. A vocação por esta arte, porém, manifestou-se desde cedo no menino Jacob. Cantou no coro do colégio, e mais ou menos em 1930/31, na rua Joaquim Silva, 97, onde morava, maravilhou-se com a sonoridade de um violino tocado por vizinho. Era um francês cego. Obsessionou-o o som do instrumento e deslumbrou-se com a possibilidade de retirar música de um objeto. A mãe não o bloqueou e deu-lhe um violino, mas sem professor, que a esses luxos não se podia entregar o farmacêutico Seu Francisco, Jacob começou a inventar maneira nova de toca-lo, por ter dificuldades com o arco: percutia as cordas com um grampo de cabelo da mãe. A forma anômala de tocar instrumento tão nobre irritou-a, e discutiram até que uma vizinha resolveu a questão de modo sábio: deu-lhe, dias depois, um bandolim de "cuia", que era como se chamava o modelo napolitano. O bandolim era tudo o que o menino, ao beliscar as cordas do violino, intuía, porém não sabia existir.

Jacob jamais teve professor de bandolim. Foi tirando os sons e se aperfeiçoando segundo o que ouvia. Com quinze anos era razoável instrumentista. Chegou a tocar na Rádio Guanabara, com um conjunto de rapazes, seus amigos. Não gostou da experiência. Sentiu-se ainda despreparado. Voltaria a tocar em rádio no ano seguinte, 1934, agora empunhando um violão e para acompanhar um fadista, juntamente com outros instrumentistas típicos. Segundo contava o próprio Jacob, os acompanhantes dos fadistas entusiasmaram-se com seu modo de marcar o tempo do fado, fruto, por certo, de sua inexperiência como violinista e de certos hábitos oriundos do modo de tocar bandolim.

Entusiasma-se e no ano seguinte forma o conjunto batizado por Eratóstenes Frazão (conhecido compositor e homem de rádio): Jacob e sua Gente. Por aí começava a carreira de grande instrumentista: o conjunto obteve o primeiro lugar em importante concurso organizado pela Rádio Guanabara e promovido pelo jornal O Radical. Para uma idéia do júri: Benedito Lacerda, Orestes Barbosa, Cristóvão de Alencar, Francisco Alves e Eratóstenes Frazão, entre outros, inclusive o representante do patrocinador, a conhecida loja "O Dragão", que se anunciava no rádio de antigamente como "A Fera da Rua Larga".

Jacob sempre tocou de ouvido até 1949 quando, instrumentista já acatado e famoso, justamente por isso, sentiu necessidade de estudar música, o que fez com o empenho que acompanhava todos os seus atos e lhe era característico de comportamento. Pelo rádio e em inumeráveis saraus, tardes de choro ou **shows**, foi consolidando técnica e cultura musical; sobre o choro, principalmente. O temperamento aplicado e experimental, levou-o a tocar todos os instrumentos, "afinados em quintas justas e vibrados por palheta" como costumava dizer. Buscou até novas sonoridades e invenções. Misturava adaptações com tentativas de invenção e, assim, enveredou em suas horas privadas pelos sons da violinha (invenção sua), do vibraplex, da tuba de cordas, do barítono de dez cordas e, até, de um certo bandomolim-brilhante que andava a construir.

Temperamento sério. O homem de muita bondade enrustida, pouco riso, severo consigo mesmo e com todos, estudioso, caseiro e familiar, Jacob Bittencourt dividiu a vida entre a família, o bandolim e seu trabalho diário e penoso de escrivão da 11ª Vara Criminal.

"Tenho oito bandolins em casa. Depois deles, só tenho dois filhos e minha mulher, uma casa própria em Jacarepaguá e dois jabutis. Estes, aliás, são meus mestres em filosofia. Quando os vejo no quintal, caminhando mansamente, parece que o ouço dizer: a vida é curta e não se deve andar depressa, para não se cansar." (Jacob do Bandolim)

APRENDEU BANDOLIM SOZINHO

Jacob pode ser compreendido por algumas características de sua biografia:

a) possui formação tipicamente carioca, criado na Lapa, ouvindo os sons dos chorões e dos conjuntos de samba nas décadas de 20 e 30;

b) autodidata, aprendeu bandolim sozinho, o que talvez explique a forma peculiar e original de vibrar as cordas dos instrumentos e a íntima relação com suas sonoridades segredantes e confidenciais;

c) o elemento nacional ocupa toda a sua formação, pois o autodidatismo, nele, alimentou-se da música feita e tocada nas ruas e nas esquinas cariocas da cidade em começos de urbanização acelerada. Sua escola foi a música real feita nas ruas e tocada nas rádios por compositores e músicos espontâneos, que fixaram o choro como gênero musical típico da cultura carioca, depois exportado.

Ao lado dessas razões de ordem sociológica, há elementos pessoais, temperamento, modo de ser etc. Jacob possuía as características do estudioso. Promovia tardes de choro e saraus em sua casa, aos sábados, ocasiões nas quais esse gênero de música era cultuado como num templo.

“O estado de contrição diante de um choro, lá em casa, é muito exigido”. (Sérgio Bittencourt)

A destacar também, sua constante vivência ao lado dos principais músicos de seu tempo, tanto nas gravações como nas rádios **shows** de então (como exemplo: os acordes iniciais da gravação original do Ai que Saudades da Amélia, de Ataulfo Alves, são do bandolim de Jacob). Além disso, mantinha relações pessoais calorosas com quem considerava respeitável e sério.

Nos saraus organizados por Jacob do Bandolim, surgiram Paulinho da Viola, Turibio dos Santos, Clementina de Jesus e muitos outros. Também como exemplo, diga-se que no dia em que morreu, acometido por segundo e fulminante infarto, vinha da casa de Pixinguinha, a quem visitava com regularidade para trocar idéias. Pixinguinha e Ernesto Nazareth eram seus dois ídolos no choro.

Em março de 1967, logo após seu primeiro infarto, Jacob declarou:

“Eu nunca tive infarto tão forte como esse. Foi a emoção muito grande que eu recebi ao ser aplaudido de pé pela assistência da Casa Grande, constituída pela juventude de hoje que, como sempre digo, são ovelhas desgarradas. Para mim foi uma grande felicidade ter sido aplaudido por esses jovens cabeludos, que compreenderam naquele instante a minha arte. Eu acabara de executar Lamentos, de Pixinguinha. Na segunda parte de Murmurando, de Fon-Fon, eu não resisti e desmaiei. Entretanto, logo que receber alta dos médicos, voltarei à

Casa Grande, porque encontrei naquela juventude um caminho de esperança para a nossa música popular”.

Na casa de Jacarepaguá, onde ergueu enorme muro dianteiro para obter isolamento e introversão, necessários a seu universo interior, Jacob montou precioso arquivo de artigos, partituras, gravações, tudo, enfim, relacionado com a música popular brasileira genuína e o choro em particular, material, segundo ele, que poderia ter importância para estudiosos do futuro. O arquivo de Jacob passou-se, depois para o Museu da Imagem e do Som.

Em 1967, Sérgio Bittencourt, seu filho comentava:

“Seu arquivo tem sido muito falado, mas poucas pessoas já tiveram coragem de transpor a estrada Grajaú– Jacarepaguá, para ir lá em casa conferir. O velho amanhece no arquivo e anoitece...no arquivo. Tem cliques de cada papel velho, de cada partitura, de todos os discos e das fitas magnéticas onde guarda farto material gravado. Se souber que uma dona Yayá dessas tem discos antigos, toma o endereço da vítima, entra no “fusca” e parte vidrado em direção à ela. Faz tudo para conseguir o disco e passá-lo para o gravador. Um disco velho para ele é feito balão para menino que chega primeiro: ninguém tasca”.

No seu livro Mudando de Conversa, Hermínio Bello de Carvalho pinta com perfeição as tardes de sábado no santuário do choro em que se transformava a varanda da casa de Jacob em Jacarepaguá.

“Jacob do Bandolim era uma casa de varandas enormes, gramado espesso e muros altos que mal deixavam desvendar a pessoa que ali habitava. Havia códigos rígidos para freqüentá-los, a casa e o coração: quem não os seguisse sofria punições terríveis. A pior delas, a mais temida, era a de ser expulso dos saraus que Jacob promovia aos sábados ou domingos ou quando lhe desse na telha. Telha portuguesa, dessas de loiça bordada de florões azuis: frágil, portanto, embora resistente às chuvas e aos raios que ele fazia partir-se sobre as cabeças ruins, os maus músicos, os intrujões, os de ouvidos duros aos sons que inventava ou fazia inventar. Era um alquimista perseguido por uma insônia invencível e que muitas ve-

zes o fazia pegar o carro de madrugada e ir tocar sozinho numa praia distante. Ou, então, isolar-se em seu estúdio, onde tudo, absolutamente tudo, ostentava as suas digitais: a máquina de escrever adaptada para fichas elaboradas por ele, e que eram síntese das que mandava buscar nas bibliotecas do Vaticano, da Casa Branca ou dos museus que ele fazia fuçar com sua curiosidade inesgotável. Entravam as fichas no rolo da velha Remington e se ajustavam, milimétricas, e tinham até pentagrama para grafar a melodia principal. E serviam tanto para discos, livros e partituras como para recortes de jornais, receitas de bolo e anotações sentimentais. Suas estantes eram também personalizadas: aplicava uma cera para que os envelopes dos discos de 78 rotações deslizassem sem arranhaduras, qual cisnes negros em noites de lua. É claro que não eram envelopes comuns: tinham gramatura especial. Como ele, Jacob do Bandolim, era também um ser especial e que tinha às mãos e ao coração uma acólita de nome Adília que forjava insônias e acomodava-se às suas rabugices, à sua busca da perfeição. Listas e mais listas para tudo: quantos pares de meias e os remédios para a viagem, as tarefas a serem cumpridas e, cada dia da semana; telefonar para o Altamiro cobrando a partitura do Callado; já expirava o prazo do empréstimo; não fazê-lo esquecer da bronca no Lúcio Rangel por ter mijado no jardim; telefonar desaforadamente para o Hermínio cobrando a ausência no último sarau, aproveitando para identificar a fita do Nelson Cavaquinho que o maravilhara; não esquecer-se de rever os pneus do carro de Helena, sua filha adorada, ou de espinafrar o filho que todos supunham fosse de seu especial desagrado e não era; e enfim ocultar tanto quanto possível que ali detrás dos muros altos, do gramado espesso e do corpanzil desajeitado pulsava um coração generoso – porque era de gargalhar pouco, mas quando o fazia era de estremecer as paredes, e quando acarinhava o fazia desajeitado, tropeçando nos buracos de seu próprio destrambelhamento.”(...)

Temperamento e comportamento típicos de homem de classe média, de sólida e rígida formação moral, caseiro, o chamado “exemplo” de marido,

cidadão e pai, Jacob era implacável com falta de seriedade, leviandade em qualquer plano e superficialidade no trato da música. Os profissionais veneravam-no, temendo-o. Tocar com ele era façanha para músicos experientes: não tinha tempo e paciência para quem não fizesse da música motivo de respeito, aperfeiçoamento e conhecimento crescentes. Quando encontrava bons instrumentistas jovens, gostava de aperfeiçoá-los.

Sérgio Cabral dizia que:

“Um olhar de Jacob dirigido a um músico que errou durante uma execução, era mais violento do que qualquer espinafração.”

Com um “temperamento puramente emocional”, segundo seu filho Sérgio Bittencourt, Jacob amava a boa música e sobre ela manifestou-se certa vez:

“Boa música é aquela que nos deixa em estado de infarto.”

O resultado dessa mistura de capixaba com polonesa, menino da Lapa, instrumentista dos anos iniciais e dos anos áureos do rádio no Brasil, com enorme talento natural e autodidatismo, misterioso intérprete, compositor e pesquisador formaram um artista capaz de alçar o (aparentemente) modesto bandolim a grandes alturas musicais. Como executor solista, acompanhador, organizador e arranjador de conjuntos; como compositor de choros, valsas; como cultor dos gêneros populares brasileiros por ele estudados, pesquisados e defendidos, Jacob Pick Bittencourt deixou obra única em nossa cultura musical urbano/popular. Flagrante elucidativo do trânsito de Jacob autodidata ao Jacob músico completo, pode-se ver através da carta que o bandolinista enviou a Radamés Gnattali, quando honradíssimo, se preparava para solar a obra Retratos, que Gnattali escreveu para ele tocar com orquestra. Ela:

“Meu caro Radamés:

Antes de Retratos, eu vivia reclamando: “É preciso ensaiar...” E a coisa ficava por aí, ensaios e mais ensaios.

Hoje, minha cantilena é outra. “Mais do que ensaiar, é necessário estudar”. E estou estudando. Meus rapazes também (o pandeirista já não fala mais em paradas). “Seu Jacob, o Sr. Aí, quer uma fermata? Avise-me, também, se quer adágio, moderato ou vivace...” Veja, Radamés, o que você arrumou. É o fim do mundo.

Retratos: valeu estudar e ficar fechado dentro de casa, durante todo o Carnaval de